

A FORMAÇÃO DO PIBID E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL²

Jacques Balduino de Melo Júnior¹
Igor Gabriel Pereira dos Santos¹
Janser Alves Silva Filho¹
Ludmila Siqueira Mota Vian^{1a}
Dyogo Carneiro do Carmo¹
Weniskley de Araujo Silva¹

¹Universidade Estadual de Goiás - UEG - UnU ESEFFEGO

GTT 05 - Escola

INTRODUÇÃO

A escola é um importante espaço para o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas de crianças, incluindo aquelas com as mais diversas características como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante desse contexto, este estudo irá relatar como os discentes do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) têm se aproximado dos aspectos formativos da docência em relação à inclusão de crianças com TEA.

O transtorno do espectro autista é um transtorno neurodesenvolvimental que apresenta características que afetam a capacidade de comunicação e interação social, podendo exibir padrões restritos e repetitivos de comportamento (DSM, 2014).

A educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades sociais, emocionais e cognitivas das crianças, e é através dela que se podem identificar e intervir precocemente em crianças com autismo, melhorando seu prognóstico e qualidade de vida. Os profissionais de educação infantil devem buscar conhecimento e capacitação nessa área para que possam proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todas as crianças, garantindo assim um futuro promissor para as crianças autistas. A estrutura física do ambiente escolar deve ser adaptada para atender às peculiaridades de cada aluno, promovendo a inclusão, o respeito e oferecendo apoio individualizado (BNCC, 2018).

² O PIBID/ESEFFEGO/UEG é coordenado pela Prof. Dr. Lilian Brandão Bandeira.

ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) garantem o direito à inclusão do TEA em aulas regulares. Para isto, recorre a adaptações curriculares, suporte de professores capacitados e conscientização da comunidade escolar (COSTA, 2020).

A educação física desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e evolução de crianças com autismo na educação infantil. Por meio de atividades lúdicas e direcionadas, os professores dessa área auxiliam na melhoria da socialização, coordenação motora e habilidades comunicativas dessas crianças. A prática regular destas atividades promovem momentos de interação com os colegas em atividades recreativas, como jogos coletivos, estimulam o desenvolvimento de competências sociais, promovendo a inclusão e fortalecendo a autoestima dessas crianças.

A implementação de programas e estratégias específicas podem melhorar a inclusão, promovendo sua interação social. No entanto, é fundamental que os profissionais da educação estejam adequados e continuamente capacitados, visando entender e atender às necessidades específicas dessas crianças, bem como garantir um ambiente inclusivo e acolhedor para o seu pleno desenvolvimento. Assim, o aprimoramento dos conhecimentos sobre o autismo de modo geral é imprescindível para garantir uma educação de qualidade e promover a inclusão dessas crianças no sistema educacional brasileiro.

A inclusão de crianças com autismo no contexto educacional tem se tornado uma pauta cada vez mais relevante e desafiadora para os profissionais da educação, especialmente na educação física e na educação infantil. Buscar formas efetivas de lidar com as necessidades e potencialidades dessas crianças requer um olhar sensível e embasado em conhecimentos atualizados sobre o transtorno do espectro autista (TEA). Nesse sentido, é fundamental que os professores estejam preparados para adequar suas práticas pedagógicas, considerando as particularidades de cada aluno, promovendo uma inclusão efetiva e proporcionando um ambiente estimulante e acolhedor. A educação física, por sua vez, desempenha um papel crucial no desenvolvimento físico, cognitivo e

socioemocional de todas as crianças, e, portanto, deve ser adaptada para atender às necessidades dos alunos com autismo.

É necessário que os profissionais busquem conhecimento especializado sobre estratégias e recursos que possam ser utilizados de forma personalizada e inclusiva, além de estimular o trabalho em parceria com outras áreas, como a psicologia e a terapia ocupacional, para proporcionar um cuidado integral às crianças com autismo.

Os direitos das pessoas com transtornos de espectro autista vieram a ser instituídas a partir de 1961 com a criação da primeira Lei de Diretrizes Básicas da Educação no qual definia que as pessoas independente da deficiência que possuir, têm direito a frequentar a escola regularmente cabendo às escolas se adaptarem para receber tais alunos. A mesma LDB permitiu que instituições privadas e associações também pudessem ser responsáveis pelo ensino especial, com isso, surgiram várias associações como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Sociedade Pestalozzi onde executam a educação de pessoas especiais até os dias de hoje.

A segunda Lei de Diretrizes Básicas da Educação veio impondo a educação especial o que levou a criação de salas especiais nas escolas. Essa segunda lei na época poderia ser vista como uma inclusão, mas desde muito tempo já pode ser levada como uma não inclusão pois uma sala separada para pessoas especiais não pode ser considerada uma inclusão pois ela está sendo separada dos demais alunos por ser considerada diferente. Remedio e Alves (2021) já apontaram que essas leis nunca foram temas para debates sobre a inclusão social e ressaltam ainda que essa segunda LDB faz o oposto de inclusão que seria a exclusão.

EXPERIÊNCIA DO PIBID COM A INCLUSÃO

Teixeira e Ganda (2021) “INCLUSÃO E AUTISMO: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil” relatam suas experiências com os alunos autistas e apresentam os métodos que utilizaram para a busca dos objetivos educacionais dos alunos em questão. O mais comum, não necessariamente muito utilizado por educadores, é respeitar a individualidade e o tempo de aprendizagem da criança, que para eles, conseqüentemente é mais lento. As considerações dadas para lidar com autistas na educação infantil giram em torno de Comunicação e

Compreensão; Ambiente Adaptado; Atividades Personalizadas; Rotina e Previsibilidade; Apoio Individualizado; Socialização Guiada; Avaliação Flexível; Formação para Professores; Parceria com Pais e Cuidadores e Empatia e Paciência. Dessa forma, perder a paciência, praticar ações de rejeição e até pedir a retirada do aluno da escola vão ao contrário com o que se visa para a melhoria do aprendizado deles. Outra questão que podemos apontar como empecilho no trabalho com essas crianças é a falta de apoio do município para fornecer cuidadores que funcionam como apoiadores nas aulas de educação física, facilitando para o professor o repasse do conhecimento.

Durante nossos dias como pibidianos, temos acompanhado de perto a rotina de aulas com três crianças autistas, sendo dois deles irmãos gêmeos não verbalizados, com sensibilidade auditiva, no qual um apresenta um maior grau dessa sensibilidade, e o terceiro tem um grau mais elevado do TEA possuindo tendências violentas, inclusive com ocorrências de agressão por parte dele contra outras crianças. Os gêmeos, geralmente não possuem muito interesse nas aulas de Educação Física, mas foi visto que os dois gostam muito de correr e de pular, então como forma de adaptação a professora usou o método de aulas com circuitos de obstáculos para que eles tivessem interesse nas aulas e o resultado foi perfeito, eles conseguiram realizar a pista de obstáculos mais de uma vez demonstrando que o método foi um êxito na aprendizagem deles.

A inclusão de crianças com autismo na educação infantil é importante não apenas para o seu desenvolvimento individual, mas também para promover uma sociedade mais inclusiva e diversa. Ao proporcionar um ambiente educacional inclusivo, as crianças autistas podem ter a oportunidade de se envolver com seus colegas neurotípicos e vice-versa, promovendo a empatia e a compreensão mútua. Além disso, a inclusão dessas crianças nas aulas de Educação Física tem materializado a importância da consolidação da Educação Física como componente curricular da educação infantil, possibilitando o acesso aos conteúdos da cultura corporal em suas diversas manifestações

A inclusão é um processo contínuo de aprendizado e adaptação e o objetivo é criar um ambiente em que todas as crianças possam se sentir valorizadas e capazes de participar plenamente das atividades escolares, incluindo a educação física.

No contexto da Educação Infantil, o (TEA) é um tema de enorme relevância, pois impacta diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Com o objetivo de proporcionar um ensino inclusivo e de alta qualidade, é fundamental analisar as diferentes conotações que o TEA apresenta. Teixeira e Ganda (2021) enfatiza que, para lidar com o TEA na Educação Infantil, é fundamental conhecer e respeitar as diferenças de cada criança. Ele destaca a importância da empatia e do acolhimento, criando um ambiente propício para o desenvolvimento e a inclusão social dos pequenos autistas. (FREIRE,1996) cita como professores precisam de preparo para ocasiões inesperadas, pois formação continuada é necessária aos mesmos.

Nesse sentido, levando em consideração a perspectiva do psicólogo e educador Lev Vygotsky, é importante compreender que a aprendizagem é um processo social e ocorre por meio da interação com o outro. Para promover o desenvolvimento cognitivo e social das crianças com TEA na Educação Infantil, é fundamental criar um ambiente favorável à interação e à participação ativa.

Dessa forma, a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil demanda um olhar atento e cuidadoso por parte dos educadores. É fundamental conhecer as diferentes conotações desse transtorno, visando proporcionar um ambiente acolhedor, estimulante e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se assim que a Educação física é um componente curricular obrigatório que colabora com a formação e a transformação do ambiente educacional visando educar de forma plena os alunos com algum tipo de dificuldade e, sobretudo, oportunizar a todas as crianças o acesso aos conteúdos da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

As atividades propostas em um primeiro momento se adaptaram para inclusão de crianças com TEA, no entanto pela própria complexidade do transtorno houveram algumas dificuldades principalmente no que tange a interatividade com o grupo de

crianças e com a professora supervisora. Uma outra dificuldade percebida foi a falta de conhecimento para lidar com as influências do TEA. A Rede Municipal de Educação de Goiânia ainda carece de ampliar a formação continuada dos professores para atuação pedagógica nesse campo da inclusão.

Por fim, é válido ressaltar a importância que o PIBID tem sido na nossa formação inicial de professores, pois tem permitido o nosso contato com a escola, com as aulas de Educação Física e com os desafios da inclusão no cotidiano da realidade social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): EDUCAÇÃO É A BASE. BRASÍLIA, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR/IMAGES/BNCC_PUBLICACAO.PDF](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/bncc_publicacao.pdf) . ACESSO EM: 10 AGO.. 2018.
- COSTA, Maria Cristiane Alves. Et al. Autismo na Educação Infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 17, pp. 05-15. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/autismo-na-educacao>
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez,1992.
- FERREIRA, Mônica Misleide Matias; DE FRANÇA, Aurenia Pereira. O autismo e as dificuldades no processo de aprendizagem escolar. ID on line. Revista de psicologia, v. 11, n. 38, p. 507-519, 2017
- FREIRE, Paulo. Pedagogy of the oppressed (revised). New York: Continuum, v. 356, p. 357-358, 1996.
- REMEDIO, J. A., & Alves, A. L. R. (2021). Direito à educação da pessoa com transtorno do espectro autista: obstáculos à sua efetivação. Espaço Jurídico Journal of Law [EJL], 22(2), 377–404. <https://doi.org/10.18593/ejll.26542>
- Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades. Teresina (PI), v. 4, n. 1, p. 01-16, e-ISSN: 2675-1496, 2022. <https://doi.org/10.26694/caedu.v4i1.2645>

SILVA, Eduardo Jorge S da. A Educação Física como componente curricular na Educação Infantil: elementos para uma proposta de ensino. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.26, n.3, p. 127-142, maio, 2005.

SWEDO, SE. Transtornos do Neurodesenvolvimento. In: American Psychiatric Association. Cordioli, AV. Kieling, C. Silva, CTB. Passos, IV. Barcellos, MT. Manual diagnóstico e estático de transtornos mentais DSM-5. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2014. p. 50-9.

TEIXEIRA, M. C. S., & GANDA, D. R. (2019). INCLUSÃO E AUTISMO: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil. *Psicologia E Saúde Em Debate*, 5(2), 125–135. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N2A9>

VASCONCELLOS, Simone Pinto. RAHME, Mônica Maria Farid. GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Transtorno do Espectro Autista e Práticas Educativas na Educação Profissional[1]. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2020, v. 26, n. 4 [Acessado 11 Agosto 2023], pp. 555-566. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0060>>. Epub 18 Dez 2020. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0060>.